

VOZES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA:

O papel da literatura de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo

BLACK VOICES IN HISTORY TEACHING:

The role of literature by Maria Firmina dos Reis and Conceição Evaristo

VOCES NEGRAS EN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA:

El papel de la literatura por Maria Firmina dos Reis y Conceição Evaristo

LES VOIX NOIRES DANS L'ENSEIGNEMENT DE L'HISTOIRE:

Le rôle de la littérature de Maria Firmina dos Reis et Conceição Evaristo

Erika Samara Martins de Oliveira

Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos de História das Américas (NEHA), Maranhão, Brasil.

erikaoliveira1@aluno.uema.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0988-6974>

Leandro Chaves Batista

Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de Historiografias e Linguagens (NEHISLIN), Maranhão, Brasil.

leandrobatista@aluno.uema.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1959-4035>

Welliton Fernando Pereira Soares

Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de Historiografias e Linguagens (NEHISLIN), Maranhão, Brasil.

soares.f@acad.ifma.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0005-6910-323X>

Recebido em: 23/05/2023

Aceito para publicação: 02/09/2024

Resumo

O presente artigo visa discutir a interlocução entre o ensino de História e a utilização da literatura como instrumento pedagógico facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Para isso, foi utilizado o romance *Úrsula*, de Maria de Firmina dos Reis, o livro *Ponciá Vicêncio* e o poema *Vozes Mulheres*, ambos de Conceição Evaristo. A obra da maranhense Firmina dos Reis, publicada em 1860, permite (re)pensar o papel dos sujeitos escravizados e a dinâmica escravista durante o Brasil Império. Já os escritos de

Evaristo fornecem uma rica discussão em torno do lugar da população negra neste século e, em boa medida, permite perceber as nuances e permanências da lógica da escravidão ainda presentes na atualidade. A introdução desses textos em sala de aula visa romper com um silenciamento intelectual, cultural, científico e educacional imposto à produção e disseminação das obras de autores negros, em especial, as mulheres. O ponto em comum estabelecido para unir duas autoras pertencentes a contextos históricos diferentes foi o conceito de dororidade, elemento que perpassará por todo o artigo como ferramenta de confluência e de diálogo com a população negra, seja durante o período imperial, seja na atualidade.

Palavras-chave: Dororidade, Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo.

Abstract

This article aims to discuss the interlocation between the teaching of History and the use of literature as a pedagogical tool that facilitates the teaching-learning process. For this, the novel *Úrsula*, by Maria de Firmina dos Reis, the book *Ponciá Vicêncio* and the poem *Vozes Mulheres*, both by Conceição Evaristo, were used. The work of Firmina dos Reis, from Maranhão, published in 1860, allows us to (re)think the role of enslaved subjects and the dynamics of slavery during the Brazilian Empire. Evaristo's writings, on the other hand, provide a rich discussion around the place of the black population in this century and, to a large extent, allow us to perceive the nuances and permanencies of the logic of slavery still present today. The introduction of these texts in the classroom aims to break with an intellectual, cultural, scientific and educational silencing imposed on the production and dissemination of works by black authors, especially women. The common point established to unite two authors belonging to different historical contexts was the concept of dororidade, an element that will permeate throughout the article as a tool of confluence and dialogue with the black population, whether during the imperial period or today.

Keywords: Dororidade, Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la interlocución entre la enseñanza de Historia y el uso de la literatura como herramienta pedagógica que facilita el proceso de enseñanza-aprendizaje. Para eso, se utilizaron la novela *Úrsula*, de Maria de Firmina dos Reis, el libro *Ponciá Vicêncio* y el poema *Voces Mujeres*, ambos de Conceição Evaristo. La obra de Firmina dos Reis, de Maranhão, publicada en 1860, permite (re)pensar el papel de las personas esclavizadas y la dinámica de la esclavitud durante el Imperio brasileño. Los escritos de Evaristo, en cambio, brindan una rica discusión en torno al lugar de la población negra en este siglo y, en buena medida, permiten percibir los matices y permanencias de la lógica de la esclavitud aún hoy presente. La introducción de estos textos en las aulas pretende romper con un silenciamento intelectual, cultural, científico y educativo impuesto a la producción y difusión de obras de autores negros, especialmente mujeres. El punto común establecido para unir a dos autores pertenecientes a diferentes contextos históricos fue el concepto de dororidade, elemento que permeará a lo largo del artículo como herramienta de confluencia y diálogo con la población negra, ya sea en la época imperial o en la actualidad.

Palabras clave: Dororidade, Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo.

Résumé

Le présent article vise à discuter l'interlocution entre l'enseignement de l'histoire et l'utilisation de la littérature comme instrument pédagogique pour faciliter le processus d'enseignement-apprentissage. Pour cela, le roman *Úrsula*, de Maria de Firmina dos Reis, le livre *Ponciá Vicêncio* et le poème *Vozes Mulheres*, tous deux de Conceição Evaristo, ont été utilisés. L'œuvre de la maranhense Firmina dos Reis, publiée en 1860, permet de (re)penser le rôle des sujets asservis et la dynamique esclavagiste durant l'Empire brésilien. Les écrits d'Evaristo, quant à eux, offrent une riche discussion sur la place de la population noire dans ce siècle et, dans une large mesure, permettent de percevoir les nuances et les permanences de la logique de l'esclavage encore présente aujourd'hui. L'introduction de ces textes dans les classes vise à rompre avec un silence intellectuel, culturel, scientifique et éducatif imposé à la production et à la diffusion des œuvres des auteurs noirs, notamment des femmes. Le point commun établi pour unir deux auteurs appartenant à des contextes historiques différents est le concept de *dororidade*, un élément qui sera omniprésent tout au long de l'article comme outil de confluence et de dialogue avec la population noire, que ce soit pendant la période impériale ou de nos jours.

Mots clés: Dororidade, Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo.

Introdução

O diálogo entre os campos literário e historiográfico se tornou, ao longo do tempo, uma via de discussão significativamente profícua para os processos de ensino-aprendizagem. De acordo com Chiappini (2000), a interação entre as duas áreas é caracterizada por contribuições mútuas. Se por um lado os historiadores passam a utilizar os textos literários como “vestígios de sensibilidade”, potenciais registros da vida cotidiana, por outro, os estudiosos de literatura coadunam seus processos criativos com sistemas de valores, discursos historiográficos e eventos de determinadas épocas. Em face disso, objetiva-se neste artigo traçar uma discussão teórica acerca dos contributos da literatura afro-feminina¹ para o ensino de História.

É sob esta lógica que acionamos os dois expoentes de discussão do presente trabalho: Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo, ambas mulheres negras que, guardadas as devidas diferenciações e distanciamento temporal, carregam em suas respectivas produções literárias uma bagagem de reflexões conscientes em torno da africanidade e afrodescendência. A dualidade presente no título deste artigo, *silêncio e dororidade*, é relativa às trajetórias das duas escritoras em questão, que quando analisadas conjuntamente, representam uma literatura negra em processo de gradação. Enquanto a obra de Firmina dos Reis foi escrita e publicada em um contexto silenciador de vozes femininas, Conceição Evaristo produz sua bibliografia em um cenário de ressignificação, tanto da literatura negra de forma geral, quanto da posição da mulher preta na sociedade, através de subsídios teóricos como o conceito de *dororidade*.

O termo em questão surge em meio ao amadurecimento da luta feminista no Brasil, marcadamente quando este movimento passa a conceber a mulher como um elemento plural,

¹ Configura-se como literatura afro-feminina, conforme assinala Ana Rita da Silva, o conjunto de textos artísticos, de autoria de mulheres negras, constituído por temáticas ligadas ao feminismo negro, à afirmação da negritude feminina e ao remonte de “[...] elementos de memórias ancestrais, de tradições e culturas africano-brasileiras, do passado histórico e de experiências vividas, positiva e negativamente, como mulheres negras” (Silva, 2010, p. 92).

levando em conta a diversidade cultural, social e étnica. Criado pela ativista carioca e professora de língua portuguesa Vilma Piedade, o conceito de dororidade remete a um complemento da sororidade (apoio, união e irmandade feminina em torno da conquista de direitos e ocupação de espaços de poder). Complemento porque este novo conceito também se pauta primariamente nesta premissa. Mas o que há de novo? A novidade reside na relevância que a cor, mais precisamente a racialização que incide sobre ela, tem para as trajetórias de mulheres pretas. O prefixo “dor” está ligado às angústias e experiências deste grupo em específico, a saber as noções de ausência e silenciamento, elementos estruturantes da cultura racista. Segundo Piedade (2017), para que o feminismo brasileiro se torne um movimento interseccional e dialógico, é preciso que a branquitude e o mito da democracia racial sejam revistos e que o debate antirracista seja levado em conta.

Nesse sentido, tenciona-se refletir sobre o lugar da mulher preta na sociedade brasileira a partir da literatura de ficção como instrumento pedagógico. Para além deste texto introdutório, o artigo está estruturado em mais quatro seções: uma discussão preliminar sobre os riscos de se enveredar por narrativas eurocêntricas, identificando a perspectiva decolonial como alternativa; um panorama da posição da literatura negra nos espaços intelectual e midiático brasileiros, aliado à apreciação da bibliografia de Maria Firmina dos Reis; uma análise da produção literária de Conceição Evaristo, e suas conexões com o contexto de afirmação étnica e de gênero na atualidade; e um balanço, nas considerações finais, do conteúdo apresentado.

Da colonialidade ao perigo de uma história única: possibilidades para o ensino de História à luz da Lei nº 10. 639/03

Por anos, possessões na América, Ásia e África ficaram sob a dominação de nações europeias (Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, Alemanha e etc.), processo esse denominado de colonização. Porém, a partir, sobretudo do século XVI, nas regiões do continente americano, as antigas colônias foram, paulatinamente, conquistando suas independências políticas. De um modo superficial e, como defendiam os estudos eminentemente europeus, a lógica da colonização, ou seja, da dominação de um grupo sobre o outro, foi, por consequência, extinta a partir dos processos emancipatórios.

No entanto, por mais que a colonização tenha findado, passou a vigorar e, ainda persiste, um novo *modus operandi*, similar ao antigo: a colonialidade. Novo porque ele não faz uso explicitamente de forças para tentar submeter um povo a outro. Pelo contrário, pode ser entendido como um prolongamento da lógica colonizadora, mas sob uma máscara implícita, ou seja, é perceptível nas relações e lógicas ditadas pela Europa, sobretudo a partir da modernidade. A esse respeito, Maldonado-Torres afirma:

Assim, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para

um bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna (Maldonado-Torres,, 2007, p. 131, tradução nossa).

Após a constatação da manutenção das relações coloniais nas mais diversas esferas sociais, políticas, intelectuais e culturais, teóricos como Walter Mignolo e Aníbal Quijano passaram a analisar de que modo essa nova forma de dominação atuava. Dessa maneira, concluíram que a colonialidade atua sobre vários eixos, ou melhor, camadas dentre elas: ser, saber, poder, gênero, sexualidade, natureza etc. as quais juntas permitem a manutenção do domínio europeu sobre as demais regiões, capitaneado pelo conceito de modernidade.

Para aquilo que interessa a este texto e, sobretudo em relação às suas limitações, dar-se-á foco apenas ao eixo do saber. Para Quijano, a colonialidade do poder foi transferida para a esfera do saber, para legitimar e manter a Europa como o único e melhor centro de produção do conhecimento, de modo que “a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus” (Quijano, 2005, p. 122). Nesse tipo de controle, as produções científicas, textos e produtos intelectuais oriundos de fora da Europa e, em boa medida, dos Estados Unidos, são vistos como subalternos.

Dessa maneira, é possível afirmar que ainda persiste um modo de dominação subjacente à colonização, a qual possui o mesmo fim: manter a posição hegemônica da Europa em detrimento dos demais continentes. Então fica a pergunta: como se distanciar dessa lógica de controle?

Como forma de repensar os arquétipos estabelecidos pela colonialidade, principalmente a partir da criação do Grupo M/C², o qual ao constatar que o continente americano ficou muito mais tempo sob o mando das potências imperiais, se comparado à África ou Ásia. Nesse sentido, os pesquisadores e intelectuais do grupo desenvolveram o pensamento decolonial. O objetivo era “investigar as formas pelas quais as estruturas de poder continuam produzindo a colonialidade, e por outro, fomentar a mudança de uma atitude racista, sexista ou aristocrática para uma atitude decolonial” (Amaral, 2015, p. 20-21).

Ter uma atitude decolonial é repensar as balizas estabelecidas pela modernidade, de modo que as produções culturais e científicas precisam e devem ser consideradas tal como aquelas oriundas da Europa. A decolonialidade busca extinguir as hierarquizações criadas por grupos dominantes, de modo a evidenciar as múltiplas e diversas histórias, o que perpassa as discussões e críticas feitas por Chimamanda Adichie ao perigo de uma história única.

² O grupo Modernidade/Colonialidade, ou simplesmente M/C, surgiu em 1998 a partir do evento criado pelo sociólogo Edgardo Lander. Trata-se de um coletivo de pensadores, sobretudo da América Latina, oriundo de vários campos científicos tais como: História, Filosofia, Literatura, Semiótica etc. O ponto de convergência entre os intelectuais reside na tese a respeito da perspectiva analítica decolonial.

Chimamanda Adichie é uma feminista nigeriana. Seus livros e conferências abordam questões ligadas ao racismo, preconceito, religião, gênero dentre outros temas.³ Adichie explica que desde cedo sua mãe tinha o hábito de ler para ela e, com isso, ainda muito jovem já escrevia histórias. Entretanto, os livros que tanto sua mãe quanto Adichie tinham à disposição eram obras de escritores estrangeiros, em especial, literatura britânica. Então, por consequência, seus personagens eram brancos, bebiam cerveja e brincavam na neve, elementos que não pertenciam ao cotidiano da autora, dado que nunca havia saído de seu país de origem. Dessa maneira, ela explica que: “tinha ficado convencida de que os livros, por sua própria natureza, precisavam ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar” (Adichie, 2019, p. 8).

Em face disso, é importante fazer o seguinte questionamento: como é produzida uma história única? Chimamanda explica que o caminho é mostrar exaustivamente uma única visão, de modo que essa repetição ensinará em uma única história e, conseqüentemente, resultará em simplificações e estereótipos. Para que isso seja possível, são construídos: imagens, signos e representações com o objetivo de reforçar um determinado referente, por meio de visões reducionistas e superficiais direcionadas ao receptor (Alves e Oliveira, 2014).

Adichie (2009) explica que sua percepção sobre a literatura só passou a mudar quando ela entrou em contato com escritoras nigerianas e, com isso, percebeu que suas histórias poderiam ser sobre personagens negros, com cabelos crespos e realidades muito mais próximas a sua. Segundo a autora, histórias simplistas, excludentes e únicas são extremamente prejudiciais e danosas, uma vez que espoliam povos inteiros de sua própria realidade, criam estereótipos, assim como não dão conta da diversidade e densidade, quer seja de uma comunidade, quer seja de uma nação.

Essa possibilidade de contar apenas uma versão sobre um fato não deve ser dissociada da ideia de poder que, segundo ela, é: “[...] a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (Adichie, 2019, p. 12). Dessa maneira, como apontam Alves e Alves (2012), o modo como as narrativas são contadas, quem, por que e quantas são feitas, são fatores que estão intrinsecamente correlacionados a concepção de poder defendida pela autora em tela.

A saída dessa lógica de poder de interpretar a realidade apenas por um ângulo, de acordo com a intelectual em questão, é perceber que as histórias são diversas e múltiplas. Embora muitas foram usadas para desumanizar e desapossar realidades, igualmente podem ser utilizadas para humanizar, romper hierarquias, bem como devolver dignidades outrora cerceadas.

³ Uma de suas palestras, proferida para o TED (Technology, Entertainment and Design) em 2009, obteve grande repercussão e o amplo alcance de suas reflexões possibilitaram a organização do livro: *O perigo de uma história única*. O TED é uma organização global sem fins lucrativos e apartidária. Seu principal objetivo pode ser sintetizado na seguinte pergunta: “como podemos espalhar melhor ótimas ideias?”. A comunidade objetiva disseminar ideias de pessoas dos mais variados campos do saber, por meio de palestras curtas (geralmente 18 minutos), mas que podem contribuir para uma análise mais profunda do mundo e dos eventos. Para saber mais e ter acesso aos vídeos consultar: < <https://www.ted.com/about/our-organization> > Acesso em: 25 jan. 2022.

Desse modo, como aponta Gomes (2018), o pensamento decolonial é uma saída, dado que as críticas feitas às narrativas e construções pertencentes à colonialidade contribuem para repensarmos os modelos pré-estabelecidos das “lógicas” racistas, patriarcais e sexistas, construtos esses do período colonial, mas que ainda persistem na atualidade apagando realidades e mundos diversos.

No que tange à tentativa de romper com a exclusão dos povos africanos e seus descendentes dos conteúdos presentes nas escolas do país, o Brasil promulgou em 2003 a Lei nº 10. 639/03. Com essa nova diretriz, a disciplina de História e cultura afro-brasileira e africana passou a ser conteúdo obrigatório nos currículos das instituições educacionais públicas e privadas do ensino básico (Brasil, 2003). A medida visava a colocar à disposição dos alunos múltiplos olhares, ampliar as perspectivas e difundir diferentes visões acerca das produções e conhecimentos sobre os povos negros.

No entanto, a aprovação de uma lei por si só não garante sua efetivação. Dessa maneira, como aponta Santos; Pinto e Chirinéa (2018), embora professores e gestores possuam conhecimento sobre a legislação, o desconhecimento teórico a respeito de produções, descobertas, fatos, inovações tecnológicas produzidos a partir de autores e pensadores africanos, aliado a falta de formação dos docentes a respeito das culturas africanas representam barreiras para a materialização, nas escolas, dos dispositivos da lei 10. 639/03.

Como fora explicado anteriormente, os obstáculos para a inserção da lei são inúmeros, mas tais empecilhos não são intransponíveis. Dentre elas, é possível elencar o uso da literatura como instrumento pedagógico, sobretudo pelo(a) professor(a) de História. A utilização desse tipo de linguagem não é recente, mas esteve inserida no contexto de ampliação e diversificação da concepção de fonte histórica, iniciado pela escola dos Annales, em 1929, em oposição à perspectiva positivista. A partir dessa corrente historiográfica, novos atores “ascenderam” à categoria de sujeitos, como: mulheres, negros, crianças etc., bem como novas linguagens, temáticas e, principalmente, a interlocução entre a História e outros campos do saber, a exemplo da Antropologia, da Sociologia, da Música, da Economia, da Geografia, etc., deram à ciência histórica um caráter interdisciplinar.

O livro didático também é outra forma de exemplificar a utilização da literatura como ferramenta de ensino. No entanto, como apontam Lemes de Oliveira e Rebellato (2020), seu uso é feito de forma fragmentada e, em boa medida, mais como uma atividade/sugestão complementar, junto a outros tipos de fontes. Do modo como a literatura é apresentada no livro didático, não são exploradas todas as potencialidades da ferramenta e muito menos a criticidade dos alunos.

Para além dos problemas advindos do livro didático, as práticas pedagógicas igualmente incorrem no mesmo problema: a literatura como mera ilustração e/ou instrumento acessório das aulas e, portanto, restrita, na maioria dos casos, às informações fornecidas pelo material didático. Como o objeto tema deste artigo não são os problemas do uso da literatura em sala, não enveredaremos por esse caminho, mas cabe aqui salientar que uma das causas desse problema pode ser atribuída à falta de formação continuada dos professores e o pouco

incentivo dado ao profissional para usar a ferramenta que exige certos cuidados teóricos-metodológicos.

Indo de encontro a tais perspectivas, entendemos que a literatura é uma importante ferramenta dentro do processo de ensino-aprendizagem, pois para além de aproximar o educando do trabalho do historiador, ou seja, o cuidado e a manipulação de fontes e, dessa maneira o fazer histórico, o texto literário permite ao docente incentivar os alunos a criticar e perceber questões como: a circulação dessas obras, seus autores, contextos de produção e disseminação, onde e por que foram preservadas, bem como suscitar o debate por meio de perguntas como: *Por que a literatura não é considerada uma fonte histórica? Quais as suas similaridades e diferenças entre essa fonte e as demais? Quais suas potencialidades para a compreensão de um contexto Histórico?*

Para o ensino de História, os textos literários devem ser vistos como um: “[...] discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas” (Pesavento, 2006, p. 2). Dessa maneira, o professor poderá trabalhar diferentes temáticas, confrontá-las com outros tipos de fonte e com o próprio livro didático, assim como permitir que os alunos percebam diferentes explicações e visões históricas, demonstrando que o conhecimento do campo é oriundo, sobretudo, da seleção de fontes.

Para efeitos de exemplificação, o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, uma das autoras tema do artigo, pode ser representativo.. O texto em questão tem potencial de problematizar o lugar da mulher negra no período do Brasil Império, discutir os meandros do processo de abolição da escravidão, confrontar as representações dos sujeitos escravizados feitos pela escritora em *pari passu* aos autores europeus, os quais teimavam em representá-los como seres passivos frente às práticas e aos discursos da escravidão, assim como discutir a brutalidade do sistema escravista. Do mesmo modo, a escrita de Conceição Evaristo, notadamente em sua coletânea *Olhos d' Água*, permite que sejam debatidos temas como: o racismo estrutural, a violência do Estado em relação aos corpos negros, a perpetuação da exclusão dessa parcela da população, bem como o lugar da literatura negra dentro das produções acadêmicas e midiáticas, em especial, a partir da biografia da autora.

Desse modo, a literatura de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo, ambas mulheres, pretas e conscientes dos problemas e dificuldades enfrentadas pelos negros africanos e afrodescendentes no Brasil, podem contribuir para a efetivação da referida lei. Além disso, sendo elas escritoras negras e sabendo que a população brasileira é composta majoritariamente por pessoas do mesmo fenótipo, a introdução das obras dentro da sala de aula é um importante catalisador a fim de romper com uma única história.

O lugar da literatura negra no espaço intelectual e midiático: uma reflexão sobre a produção de Maria Firmina dos Reis

A literatura afro-brasileira têm ressignificado padrões literários clássicos que não integram o negro como sujeito exemplar nas narrativas. Nesse sentido, a literatura negra emerge como

um ponto de viragem que amplia as possibilidades de expressão outrora negligenciadas devido à preponderância, no meio literário, de perspectivas racistas sobre a sociedade. Conforme assinala Duarte (2013), são cinco os parâmetros que configuram uma literatura afro-brasileira: autoria, temática, ponto de vista, linguagem e público. Estes aspectos, quando articulados na construção de um texto, possibilitam a externalização de experiências próprias da comunidade negra, com destaque para sua ascendência cultural e lugar social ocupado pelos sujeitos em foco.

Nessa perspectiva, é importante verificar o grau de relevância desta modalidade narrativa dentro de um contexto mais amplo: o panorama literário nacional. A existência de uma literatura específica sobre o negro representa uma resposta para uma lógica fixada historicamente: textos produzidos essencialmente por uma elite branca que designou (e designa) aos traços afro-brasileiros da população caracterizações estereotipadas. Tal modelo de produção literária, carregado de discriminação racial, é identificado como canônico e composto, no Brasil, por autores como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Aluísio de Azevedo, Mário de Andrade, Jorge Amado, entre outros. É nesta conjuntura que a literatura afrodescendente se atesta como um ponto de inflexão, trazendo consigo novos enfoques e tratamentos à população afro-brasileira nas narrativas.

O pano de fundo dessas mudanças é caracterizado, em boa medida, pela ascensão de um ativismo negro organizado no Brasil, cuja institucionalização remete ao fim do século XX, sobretudo por meio do Movimento Negro Unificado (MNU)⁴. No entanto, não se deve depreender que não houvera literatura negra antes disso, pelo contrário, o que existiu entre os séculos XIX e XX foi um profícuo quadro de autores dedicados a refletir sobre as condições históricas fixadas à população negra, a saber: Machado de Assis, Luiz Gama, Cruz e Sousa, Lima Barreto, Maria Firmina dos Reis, entre outros. Esta última, Firmina dos Reis, representa um lugar de fala específico: o de mulher negra, aspecto norteador da discussão deste artigo.

Nascida em São Luís do Maranhão, no ano de 1822⁵, Maria Firmina dos Reis, é considerada a primeira romancista brasileira. Filha de uma escravizada alforriada e de um militar da Companhia de Cavalaria Franca do Maranhão, a escritora passou grande parte de sua vida como professora de primeiras letras⁶ na Vila de Guimarães (interior da província) e alicerçou sua obra literária na exposição das contrariedades que compunham o sistema escravista, parafraseando em suas narrativas as experiências de personagens cativos.

⁴ Fundado em São Paulo, no ano de 1978, o MNU é um coletivo de ativismo político, cultural e social com ênfase na autoafirmação cultural, no incentivo à cultura de matriz africana e na promoção de políticas públicas de combate à discriminação racial.

⁵ Em seu livro *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*, o juiz de direito Agenor Gomes depreendeu, a partir de documentos do Fundo Arquidiocese do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), que a escritora nasceu em 1825. O pároco responsável pelo batismo de Firmina dos Reis havia deixado de anotar sua data de nascimento no registro, abrindo margem para que, em 1847, ela solicitasse a inserção do ano de 1822, a fim de participar de um concurso para professora de primeiras letras na Vila de Guimarães que exigia idade mínima de 25 anos. Neste período, as anotações dos livros das paróquias funcionavam como documento de identificação (Gomes, 2022).

⁶ Equivalente, na atualidade, à professora de ensino fundamental.

Algumas das suas principais obras são os romances *Úrsula* e *Gupeva*, o conto *A escrava*, o conjunto de poesias *Cantos à beira mar*, além de outras publicações, veiculadas de forma esparsa, na imprensa maranhense do século XIX. Por meio da sua literatura, Firmina dos Reis procurou dar voz aos sujeitos acometidos pelo cativeiro, ressoando as consequências brutais deste sistema de dominação que imprime marcas à dignidade humana. Considera-se, neste sentido, o fato de que Leonor, sua mãe, e Engrácia, sua avó, haviam sido escravizadas anteriormente, questão que contribuiu para o enfoque temático da escritora.

Para esta análise, toma-se como exemplo o romance *Úrsula*, publicado em 1860, e cujo eixo central é o desenrolar da relação entre o casal *Úrsula* e Tancredo, envolvimento este dificultado pelo comendador Fernando P., tio da protagonista. Inscritos nessa obra estão dois personagens que provocam reflexão acerca da temática escravista: os cativos Susana e Túlio.

Através da preta Susana, Maria Firmina denuncia a violência sistemática aplicada aos africanos escravizados. Susana, em um depoimento a Túlio, contrapõe os tempos de liberdade vividos na África e a sua situação de cativeiro, quando capturada pelos “bárbaros”, como ela descreve os traficantes. A descrição realizada por ela sobre as condições às quais os africanos capturados estavam submetidos nos porões dos navios tumbeiros se torna, para Firmina dos Reis, um enfoque temático caro no contexto de escrita da obra, um Maranhão Oitocentista caracterizado pela manutenção da escravidão⁷. Nas palavras de Susana:

Para caber a **mercadoria humana** no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a **água imunda**, podre e dada com mesquinhez, a **comida má** e ainda mais porca: **vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros** à falta de ar, de alimento e de água (Reis, 2018, p. 71, grifos nossos).

O trecho acima faz menção à reificação dos sujeitos escravizados, à insalubridade dos navios e à morte como fator iminente para estes indivíduos. Somado a essa situação no transporte e direcionando a narrativa para o seu estabelecimento como criada doméstica, Susana ainda aponta a violência com que o seu então senhor, o Comendador P., tratava os seus escravos, destacando o rigor dos açoites. Mais tarde, Susana é acusada (injustamente) por Fernando P. de acobertar a fuga de *Úrsula* e Tancredo, e sucumbe como prisioneira até a sua morte. Por meio desta personagem, a autora confere sensibilidade ao negro escravizado, que

⁷ Ao analisar a dinâmica do sistema escravista maranhense entre fins do século XVIII e no decorrer do século XIX, Yuri Costa aponta a utilização de negros africanos como elemento constituinte da economia da província, “[...] com destaque para sua utilização nas fazendas de algodão, açúcar, arroz, na criação de gado e em obras e serviços dos centros urbanos [...]” (Costa, 2018, p. 251). No que diz respeito à Vila de Guimarães (local onde Firmina dos Reis passou grande parte de sua vida), Agenor Gomes acentua o distrito de Pericumã como o mais importante polo escravista de produção de açúcar mascavo da região (com cerca de 2.500 cativos). Segundo o autor, “Além do trabalho na lavoura, nos campos de criação de gado e na salga do peixe e camarão, os escravizados com aptidões para navegar em mar aberto integravam as tripulações das embarcações à vela a fim de transportar a produção da vila” (Gomes, 2022, p. 60).

abruptamente retirado do seu local de origem, é transferido para um espaço de potencial exploração.

Outro artifício de denúncia da escravidão por meio do qual Maria Firmina dos Reis faz uso no romance em questão é a figura do escravo Túlio, citado anteriormente. Ele que atua como fiel companheiro de Tancredo, revela suas aflições do passado ao percorrermos um lugar de memória doloroso para ele: o sítio de Santa Cruz. Foi neste local em que Túlio nasceu e que também se viu distanciado de sua mãe, uma africana escravizada que sofrera retaliações de Fernando P. até os seus últimos dias. Túlio demonstra indignação quanto ao Comendador P.:

Quando minuciosamente me narraram [...] todos os tormentos da sua vida, e os últimos tratos, que a levaram à sepultura, sem nunca mais tornar a ver seu filho, sem dizer-lhe um último adeus, gemi de ódio, e confesso-vos que por longo tempo nutri o mais hediondo desejo de vingança. Oh! Eu queria sufocá-lo entre meus braços, queria vê-lo aniquilado a meus pés, queria... (Reis, 2018, p. 100).

A revolta de Túlio está relacionada às crueldades de um homem que redobrava os serões de serviços dos seus cativos e fazia constante uso da força para arregimentá-los. Para Soraia Rosa, esta obra é dissonante ao discurso literário corrente do século XIX, firmado em bases nacionalistas, sobretudo pelo fato de que “[...] as personagens negras da narrativa são conscientes quanto à sua condição e conhecedoras da própria cultura e do passado africano [...]” (Rosa, 2017, p. 3). Nesse sentido, Maria Firmina expõe ao leitor as incoerências de um sistema escravocrata que suprime as liberdades individuais dos cativos, conferindo sensibilidade para suas trajetórias.

Além deste romance, no conto *A Escrava*, Firmina dos Reis estende a discussão sobre o escravismo, debruçando-se sobre a emergência do abolicionismo. O enredo se desenrola quando uma senhora, afeita aos preceitos da campanha abolicionista, recebe em sua casa Joana, uma escrava enferma, e seu filho Gabriel, ambos fugidos de seu senhor. Na ocasião, a enferma relatou a sua ancestralidade e sua trajetória até aquele momento, destacando uma fraudulenta concessão de liberdade feita a sua mãe pelo senhor Tavares e, ainda, a venda de seus dois outros filhos a um traficante de escravos. Por meio da fraude e do tráfico, a escritora aponta a nocividade do sistema escravista.

O contexto da publicação deste conto, 1887, coincide com as agitações provocadas pela campanha abolicionista no Brasil - momento de potencial contestação da lógica de reprodução do cativeiro vigente até então no país. Refletir sobre a obra literária de Maria Firmina dos Reis é reparar qualquer esquecimento à uma figura de extrema relevância para o campo da literatura nacional, ao passo que a escritora, enquanto mulher negra, representa, em seu contexto, uma excepcionalidade no que diz respeito ao letramento e produção intelectual.

A conjuntura a qual Firmina dos Reis viveu, entre os séculos XIX e XX no Maranhão, apresentava uma cultura patriarcal e caracterizada pela submissão das mulheres como

prerrogativa das relações de gênero. Tais elementos podem ser identificados na descrição que a escritora faz acerca de sua posição intelectual no prólogo de *Úrsula*:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2018, p. 12).

O fragmento acima expõe a projeção que ela faz de si mesma em um universo excludente e que silencia as vozes femininas. Tal silenciamento é notável quando analisada a difusão do romance *Úrsula*: apesar de publicado na imprensa maranhense em meados do século XIX, a obra só ganhou maior notoriedade quando, em 1962, o historiador paraibano Horácio de Almeida a encontrou em um sebo no Rio de Janeiro.⁸ Já a pesquisa pioneira sobre a obra e vida da escritora foi organizada por José Nascimento Morais Filho, sob o título *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* e publicada em 1976.

O impacto da discriminação racial e inferiorização intelectual da mulher, no caso de Firmina dos Reis, pode ser representado pelo fato de ela ter falecido aos 92 anos de idade, pobre e cega na cidade de Guimarães. A respeito deste apagamento, Ribeiro e Rêgo (2019) apontam sua direta ligação com as questões raciais, de gênero e histórico-sociais, tendo o reconhecimento da autora, durante a sua vida, sido inviabilizado pelo cruzamento de preconceitos e manutenção de estereótipos fixados no inconsciente coletivo. Sobre a questão do silenciamento, Agenor Gomes (2022) concebe o reconhecimento do legado de Maria Firmina dos Reis, na atualidade, como uma antítese dos cem anos de apagamento, indicando a supressão da mulher dos espaços públicos do Império como fator determinante:

Tratar da tragédia vivida por negros escravizados nos porões dos navios do tráfico incomodava a sociedade oitocentista. O embarço era acrescido pelo tema da tortura institucionalizada contra os escravizados e pelas narrativas das condições a que estava submetida a mulher. O desembarque de centenas de negros escravizados das mais diversas etnias africanas nos portos de Guimarães, a resistência por meio de fugas, rebeliões e a criação de quilombos deram à romancista a dimensão do drama da escravidão (Gomes, 2022, p. 315-316).

⁸ Outros fatores para este silenciamento de Maria Firmina dos Reis são: o fato de que a escritora não registrou o seu nome na primeira edição, de 1859. O material apresentava apenas a atribuição titular a "uma maranhense"; e ainda que a publicação de *Úrsula* foi feita em São Luís (MA), distante do efervescente eixo de produção cultural do país no Oitocentos, a Corte do Rio de Janeiro.

Considerando o desprestígio literário da escritora maranhense enquanto viva e o racismo estrutural⁹ característico da sociedade brasileira, é inteligível que ainda exista um longo caminho até que a população negra se veja efetivamente ocupante dos espaços intelectuais e midiáticos. No entanto, é pertinente ressaltar um fato recente: a eleição do cantor e compositor Gilberto Gil para a vigésima cadeira da Academia Brasileira de Letras (ABL) em novembro de 2021. Ele que, entre 2003 e 2008, atuou como Ministro da Cultura, se tornou o segundo brasileiro negro a ocupar uma cadeira na ABL desde sua criação, em 1897 (o primeiro havia sido Machado de Assis, um dos fundadores da instituição literária). A distância temporal entre as duas eleições e a excepcionalidade de intelectuais negros no rol de componentes da instituição evidencia a preponderância de uma intelectualidade branca ao longo do tempo, firmada no silenciamento de personalidades literárias negras importantes.

Ainda a respeito da Academia Brasileira de Letras (ABL), é pertinente destacar um episódio envolvendo Conceição Evaristo. Em 2018, a editora *Diálogos Insubmissos* e o coletivo político *Movimento Nós* organizaram, cada um, um abaixo-assinado na plataforma *Change* no intuito de lançar uma campanha pela ocupação da cadeira de número sete da ABL pela escritora mineira Conceição Evaristo. Potencializados pela hashtag *#ConceiçãoEvaristoNaABL* nas redes sociais, os abaixo-assinados obtiveram juntos um total de 44.079 apoiadores. Em junho daquele ano, Evaristo entregou à ABL a carta de formalização de sua candidatura e disponibilizou suas obras para consulta, sem grandes alardes ou costura de apoio junto aos componentes da instituição, que conforme Bianchi e Campos (2018) é muito similar a um “clube de amigos”.

Ao adotar uma postura pragmática em sua candidatura, restrita às prerrogativas do regimento e sem a realização de visitas ou estabelecimento de alianças ou apadrinhamentos junto aos imortais, a escritora provocou estranheza no interior da instituição literária. Como encaminhamento da situação, o cineasta Cacá Diegues foi eleito para ocupar a cadeira de número sete com 22 votos, ante 11 para o pesquisador Pedro Corrêa do Lago e um para Conceição Evaristo.

A falta de representatividade não é oriunda de uma escassez de escritores negros, pelo contrário, é fruto de um silenciamento que negligenciou, ao longo do tempo, figuras como Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Solano Trindade e, mais contemporaneamente, Conceição Evaristo, cuja produção literária será esmiuçada mais a frente neste artigo. De todo modo, a chegada de Gil à ABL é um grande passo na luta por representatividade negra, um momento que deve ser comemorado, e que também deve servir de aporte reflexivo sobre a condição da intelectualidade negra no país. Ademais, é válido destacar que, recentemente, Conceição Evaristo foi eleita como a intelectual do ano de 2023 pelo Troféu Juca Pato, organizado pela União Brasileira de Escritores (UBE).

⁹ Partindo da concepção de raça como um conceito relacional e condicionado pelas circunstâncias históricas, Almeida (2019) compreende o racismo como um fator estrutural/constituente da ordem social. Para ele, a organização política, econômica e jurídica da sociedade viabiliza a reprodução sistemática do racismo, elemento que não se restringe a ações isoladas, mas se configura como um processo histórico e político dentro e fora das instituições.

Externamente às instituições tradicionais, fortaleceu-se no Brasil um ativismo negro em espaços paralelos, como a mídia e a produção cultural na atualidade, a saber: o *Quilombhoje* e a *Geledés*. O primeiro é um coletivo cultural responsável pela publicação da série Cadernos Negros, cujo foco é o incentivo à leitura e produção literária da população negra (por meio dos contos e da poesia). Já a *Geledés* é uma organização desenvolvedora de projetos e políticas públicas para a promoção da cidadania da população negra, notadamente as mulheres, com vistas a refletir sobre a incidência do sexismo e a manutenção do acesso a direitos como saúde, educação e comunicação.

Nesse sentido, instituições como as acima mencionadas compõem um quadro de reposicionamento da população negra na sociedade civil, sendo a literatura uma das vias para o projeto de combate à discriminação e de promoção da igualdade racial no Brasil. No caso da obra literária de Maria Firmina dos Reis, refletida anteriormente, é factível que ela seja utilizada como parte integrante de um ensino básico decolonial, que reflita, por exemplo, sobre as relações escravistas no Brasil Oitocentista por meio de fragmentos textuais aliados aos conteúdos de História. Por este caminho, a reflexão sobre a importância de uma literatura afro-brasileira na construção de um contra imaginário nacional auxiliará na compreensão do histórico de silenciamento e o atual momento de subversão da ordem instituída.

A voz do subalterno: Conceição Evaristo e a representação da dororidade na literatura

A literatura brasileira é construída por meio da intervenção de diversos autores que, permeados por contextos históricos, formulam debates marcados por suas temporalidades. Nesse contexto, Maria de Conceição Evaristo, poeta, pesquisadora, escritora, professora, ativista e, atualmente, considerada um dos grandes expoentes da literatura brasileira, emerge no cenário nacional como produtora de relevantes obras literárias. Por meio da noção de negritude, desconstrói representações estereotipadas sobre a população negra.

Como discorre Silvio Almeida (2019), a perpetuação do racismo na sociedade brasileira possui como aparato a construção de imaginários amplamente reforçados por instituições e meios de comunicação, alcançando também, produções literárias. Sobre isso, o autor comenta que:

Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, metódicos e racionais em suas ações (Almeida, 2019, p. 41).

Por meio da contínua circulação de imagens estigmatizadas, construíram-se representações pejorativas sobre mulheres e homens negros. Todavia, como discutido anteriormente, é por meio da consolidação da escrita afro-brasileira que novas narrativas acerca da população

negra emergem no cenário literário. Há, nesse sentido, uma gradual ruptura de relações de poder atreladas ao discurso, posto que o lugar social das autorias sofreu modificações. Neste contexto, Evaristo constrói seus personagens (na maioria mulheres negras), ecoando vozes anteriormente subalternizadas, trazendo subjetividade para a escrita.

O conceito de *escrevivência*¹⁰, elaborado por Conceição Evaristo, está ligado às produções literárias fundamentadas em memórias, experiências pessoais e cotidianas. À vista disso, reflete a respeito das relações étnico-raciais no Brasil e suas influências na construção de textos literários. Em entrevista, a autora enfatiza a influência de sua condição de mulher negra sobre seu processo criativo: “[...] essa minha condição de mulher negra oriunda das classes sociais populares [...] vai interferir no que eu quero narrar, como eu quero construir essas personagens, o que eu acho que quero levar para o texto” (Evaristo, *In*: Puc-Rio, 2017).

Nesse sentido, ao oferecer protagonismo à população negra marginalizada, a escritora evidencia dilemas que expressam dores coletivas, uma vez que o olhar feminino “vindo de baixo” revela aspectos da interseccionalidade¹¹ que envolve a reflexão sobre a mulher negra na sociedade:

Se por um lado as escritoras negras sofrem pela opressão patriarcal, por outro sofrem outras opressões, dentre elas a opressão racial que é, também, cruzada pela opressão social. Sendo assim, a violência, não apenas simbólica, mas também física marcam esses corpos femininos negros e não poderiam ficar de lado em suas narrativas (Moura de Quadros, 2019, p. 383).

Portanto, pensar as relações e influências relativas às produções de Conceição Evaristo é um esforço que sobreexcede os vínculos estabelecidos entre leitor e a autoria, na medida em que os discursos contidos nas narrativas podem ser analisados, significativamente, por meio de aspectos coletivos. Assim, a fim de evidenciar os debates de classe, raça e gênero, temas perceptíveis nas obras da referida autora, será adotado o conceito de dororidade, desenvolvido por Vilma Piedade. Para ela, o lugar social da mulher negra pode ser compreendido a partir da ausência e, principalmente, por meio da dor, componente que une mulheres pretas em experiências compartilhadas, uma vez que “A pele preta nos marca na escala inferior da sociedade” (Piedade, 2017, p. 13). Com efeito, busca-se entender de que forma narrativas literárias de mulheres negras, como Conceição Evaristo, retomam vozes e experiências marcadas pela dororidade. Assim, entre suas *escrevivências*, destacam-se o romance *Ponciá Vicêncio* e o poema *Vozes-Mulheres*.

¹⁰ Segundo Evaristo (2017), a utilização do termo *escrevivência* surgiu como resultado de seu processo criativo. Tal conceito compreende a influência do lugar social do autor em seus produtos literários, dado que em sua escrita utiliza memórias e experiências do cotidiano para a construção dos personagens.

¹¹ Kimberlé Crenshaw (1959), mulher norte-americana, fincou o termo interseccionalidade a fim de identificar como a articulação de diversos marcadores sociais como raça, gênero e sexualidade, intensificam, deliberadamente, o processo de subalternidade de determinados grupos.

O romance *Ponciá Vicêncio* (2003) discute elementos como a subjetividade, identidade e a ancestralidade por meio da personagem-título, uma mulher negra que, em busca de melhores condições de vida, sai de seu povoado rumo à cidade, vislumbrando um futuro diferente de seus ancestrais, cujas histórias estavam perpassadas pelo sistema escravista.

Através da migração, a jovem estabelece novas relações sociais. Para Bartolazzi e Silva (2012, p. 5), o processo de deslocamento de Ponciá estaria diretamente pautado no “[...] discurso do mito da democracia racial, materializado de alguma forma na falácia da igualdade de oportunidades que existiria nas cidades”. Entretanto, apesar de seus esforços no trabalho doméstico, a fim de trazer, respectivamente, sua mãe e seu irmão Luandi para a cidade, o sentimento de frustração diante da dificuldade de ascender socialmente lhe gerava tristeza. Situação que, gradativamente, corrompe seus sonhos, intensificando o desencanto da personagem:

Ela gastava todo o tempo com o pensar, com o recordar. Relembrava a vida passada, pensava no presente, mas não sonhava e nem inventava nada para o futuro. O amanhã de Ponciá era feito de esquecimento. Em tempos outros, havia sonhado tanto! Quando mais nova, sonhara até um outro nome para si (Evaristo, 2018, p. 19).

Em decorrência da estagnação social, as memórias da personagem são recorrentemente apresentadas, uma vez que “[...] A protagonista vai perdendo, gradativamente, o contato com o mundo exterior, com o presente e empreende uma viagem cada vez mais forte interiormente” (Lima, 2013, p. 3). Ao evidenciar as dificuldades da personagem que, ao longo da narrativa, não consegue modificar sua condição de subalternidade, Conceição Evaristo dialoga com uma realidade presente na vida de mulheres negras que possuem “[...] as condições de trabalho mais inferiores, salários baixos e altos índices de desemprego, ocupam cargos secundários, subalternos e pela dificuldade na formação acadêmica enfrentam obstáculos para atingir cargos mais altos” (Araújo; Sena; Afonso, 2019, p. 14).

Nessa perspectiva, ao passo que os sonhos de Vicêncio são abruptamente inviabilizados por estruturas sociais, os problemas mentais enfrentados pela jovem aumentam. Nesse ínterim, a mulher é remetida ao passado, procurando, assim, reconstruir o elo que tinha junto aos familiares. Dessarte, o passado se torna ao mesmo tempo uma fonte de vida, em razão do saudosismo, e um catalisador da tristeza e dor, sentimentos acentuados na cidade.

Quando criança, o comportamento da personagem é marcado pela ingenuidade e incompreensão da ordem vigente. A jovem não entendia porque seus familiares trabalhavam nas terras de brancos. A figura de Vô Vicêncio marcava, continuamente, as lembranças de Ponciá. A apreensão do passado de seus ancestrais, quando confrontado com a realidade dolorosa enfrentada pela protagonista, aponta a perpetuação da condição de subalternidade. Temporalidade esta que simboliza os desejos do sujeito negro em face da promessa de liberdade que, em boa medida, está limitada a estruturas sociais oriundas da escravidão.

Por meio da circulação dos personagens entre tempos e espaços diferentes, Conceição Evaristo tece uma narrativa cujo feminino negro é protagonista. Longe de seu povoado, Ponciá Vicêncio experimenta momentos de infelicidade. Nessa conjuntura, as lembranças da infância se tornam recorrentes. A moça confronta-se com a solidão.

Por mais que, notadamente, Ponciá Vicêncio não estivesse sozinha, pois havia se casado, a relação com o companheiro não apresenta, ao longo do discurso, vínculos afetivos. Em boa medida, a personagem, no meio urbano, é caracterizada como uma mulher negra eminentemente solitária, tendo como companhia, seus pensamentos. Não obstante, o esposo de Ponciá, de nome desconhecido, é ilustrado como um homem silencioso, agressivo e indiferente à tristeza de sua esposa, como pode ser percebido pelo seguinte trecho:

Deu-lhe um violento soco nas costas, gritando-lhe pelo nome. Ela devolveu um olhar de ódio, pensou em sair dali, ir para o lado de fora, passar por debaixo do arco-íris e virar logo homem. Levantou, porém, amargurada de seu cantinho e foi preparar a janta dele (Evaristo, 2003, p. 19).

A dor sofrida por Ponciá Vicêncio, quando pensada através de sua trajetória, é ressignificada, pois resulta das opressões sofridas durante sua vida. No trecho acima, destaca-se a opressão de gênero. O desejo de poder “virar homem” pode ser interpretado como frustração feminina que identifica em seu sexo possíveis origens das mazelas enfrentadas. Concepção que, somada à sua condição de mulher negra, ilustra o peso de sua dororidade.

No *Atlas da Violência*, 2018, a taxa de violência e o número de homicídios é maior entre mulheres negras. Além disso, a partir dos dados do relatório, a disparidade entre realidade de mulheres negras e não negras é evidente:

[...] a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8% (Ipea, 2018, p. 51).

Evaristo, ao perspectivar a violência sofrida por Ponciá no meio doméstico, traz à público o debate sobre a vulnerabilidade social de mulheres negras na esfera doméstica. Dada a relevância da temática, nota-se a utilização da literatura como instrumento de denúncia. Na construção da personagem, a autora descreve o conjunto de agressões sofridas pela protagonista. Dessa forma, a jovem que, anteriormente, resistia às ausências, aos esquecimentos, entregava-se aos devaneios a fim de distanciar-se das adversidades diárias:

O que adianta? A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava da condição que se repetia. Escrava do desespero, da falta de

esperanças, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra vida (Evaristo, 2003, p. 72).

No fragmento acima, Ponciá Vicêncio externaliza seus questionamentos sobre a trajetória de seus familiares. Apreende-se que Conceição Evaristo repete o termo “escrava” continuamente. Uma escravidão que suplanta os sonhos da personagem, perseguindo-a independentemente do espaço geográfico, gerando frustração e dor. Tal aspecto culmina no desejo de retornar definitivamente ao seu povoado, uma vez que no âmbito urbano, a jovem “[...] se entrega aos questionamentos gerados pela memória de todo o desgosto que já viu e que ela mesma já passou. A personagem faz um balanço sobre a vida dos negros após a escravidão e conclui que muita coisa não mudou” (Baldo, 2017, p. 92).

Assim, Evaristo, ao representar constantemente a subalternidade enfrentada no decorrer da narrativa, atribui ao feminino negro, macroestruturas que incidem continuamente nas vivências da família Vicêncio. A dororidade de Ponciá, nesse contexto, é inerente às reminiscências escravistas, à estratificação social e, principalmente, à interseccionalidade entre raça e gênero. Posto isso, a dororidade permeia as memórias e os espaços percorridos pela protagonista, se expressando tanto em estruturas sociais, como no meio doméstico.

A utilização de protagonistas femininas vinculadas à dororidade perpassa os enredos desenvolvidos por Conceição Evaristo. No poema *Vozes-mulheres*, de 2017, a autora expressa a resistência e a ancestralidade entre mulheres negras da mesma família. O eu lírico - feminino - retoma suas origens, oferecendo voz às mulheres que vieram antes, projetando então, um futuro de vida e liberdade que recolhe os anseios de seus ancestrais. Como salientam Alves e Feldman (2015), o jogo de palavras impressas no título do poema revela a sensibilidade de Evaristo diante da condição de silenciamento de mulheres negras na sociedade. Para elas, “[...] as vozes e as mulheres têm a mesma conotação: trajetórias femininas mostradas pela ancestralidade; afirmação de existência, a partir de um coletivo” (Alves, Feldman, 2015, p. 104). Tais elementos podem ser aferidos na primeira estrofe, uma vez que o eu lírico discute a ancestralidade e suas raízes com um passado no cativeiro: “A voz da minha bisavó /ecoou criança/ nos porões do navio/Ecoou lamentos de uma infância perdida” (Evaristo, 2017, 1-4).

Ao representar poeticamente a relação de ancestralidade, Conceição Evaristo retoma a condição da mulher cativa, elemento que possui direta relação com a perspectiva sociológica desenvolvida por Vilma Piedade (2017). Segundo esta última autora, a condição da mulher negra na sociedade deve ser pensada a partir de sua relação com o processo de escravidão. Na terceira estrofe, o eu lírico discute a subalternidade do feminino negro, que ecoa baixo, restrito ao ambiente doméstico, diretamente relacionado ao trabalho braçal em casa de pessoas brancas: “A voz da minha bisavó /ecoou criança/ nos porões do navio/Ecoou lamentos de uma infância perdida” (Evaristo, 2017, 1-4).

Nesse ínterim, pode-se identificar a representação da doméstica (em especial, a mulher negra) a partir de uma dicotomia entre patrões e empregada, questão que aprofunda as desigualdades e se torna um contributo para a construção da dororidade. Este aspecto do

trabalho doméstico é um elemento caro à escrita de Angela Davis (1981, p. 10): “[...] mulheres negras sempre trabalharam fora de casa, mais do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravidão”.

A partir das perspectivas de Davis (1981), pode-se identificar diálogos entre as vozes da bisavó e da mãe, que estabelecem relações por meio da representação do lugar. A avó, localizada no porão, identifica seu lugar no navio negreiro. Posteriormente, a mãe também é representada através de seu lugar ao fundo da cozinha, encoberta pelas roupas. Nesse sentido, a autora simboliza a subalternização da mulher negra em recortes espaciais e temporais diferentes.

Por meio da dororidade e ancestralidade, tais mulheres estabelecem vínculos com um passado no cativo, as marcas deixadas pela escravidão, e a posição de subalternidade que acompanha a construção de todo texto. Ao oferecer voz ao eu lírico feminino negro, Conceição Evaristo revela estruturas sociais que atravessam o tempo, incidindo distintamente nos sentimentos de suas personagens que, ao fim e ao cabo, são representadas pela herança da que veio antes, vislumbrando, pois, acessar melhores condições de vida.

Considerações finais

Como debatido por Quijano (2005), a legitimidade de produção do saber esteve, por muito tempo, sob o domínio de nações europeias que, por meio da racialização, construíram narrativas históricas que privilegiam a Europa como irradiadora de conhecimento. Não obstante, a decolonialidade tece críticas ao paradigma eurocêntrico, evidenciando a perpetuação de práticas e estruturas colonialistas na contemporaneidade, rompendo, assim, com a hegemonia do eurocentrismo. É sob este viés que a Lei nº 10.639/03 surge como ferramenta viabilizadora de importantes mudanças no campo educacional, tendo em vista que colocou em destaque grupos que sofrem sistematicamente com o apagamento histórico.

Desse modo, a perspectiva interdisciplinar emerge como contributo para a aproximação dos alunos à visão crítica e conectada dos conteúdos. Indo ao encontro à tal constatação, a literatura pode ser usada como instrumento pedagógico para o ensino de História, pois as obras literárias, como produtos de seu tempo, oferecem relevantes possibilidades de discussões de temas e sujeitos que, por vezes, estão esvaziados nos livros didáticos.

Diante das novas abordagens a respeito dos afrodescendentes e africanos, têm-se as produções literárias de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo como instrumentos de grande relevância frente à abordagem decolonial do ensino de História. Nessa perspectiva, a literatura afrodescendente se efetiva como um quadro de narrativas que dialogam com as concepções de Adichie (2009), visto que oferece aos leitores, novos enfoques que auxiliam na ressignificação e subversão de representações históricas etnocêntricas.

À vista disso, nos discursos de Maria Firmina e Conceição Evaristo, pode-se compreender a continuidade de opressões que ratificam a interseccionalidade das mulheres negras na

sociedade. Dessarte, a noção de dororidade, desenvolvida por Vilma Piedade (2017), perspectiva a complexidade das relações étnico-raciais no Brasil, posto que evidencia um sistema de opressão que, sistematicamente, subjugou-as ao lugar de subalternidade.

A partir da compreensão do lugar social de Maria Firmina e Conceição Evaristo, identifica-se a incidência da dororidade no discurso narrativo. Cabe ressaltar que tal constatação não afere a utilização consciente do conceito debatido pelas respectivas autoras analisadas, mas revela as conexões existentes entre representações que foram produzidas em contextos distintos. Sendo assim, a dororidade deve ser entendida como produto de violências que se tornam continuamente presentes na realidade das mulheres negras no Brasil.

A presença da dororidade na vida de Joana, personagem de Maria Firmina dos Reis, que tem sua história associada às vivências do cativo, dialoga diretamente com as experiências de Ponciá, apresentada por Conceição Evaristo mediante noções de ancestralidade e interseccionalidade. Portanto, diante da possibilidade de utilização de tais narrativas como meios pedagógicos, identifica-se aspectos caros ao ensino de História, visto que tais autoras exprimem noções de classe, gênero e raça.

No que tange às dinâmicas do ensino de História e seu poder transformador da realidade social, entende-se o diálogo com a literatura afro-feminina enquanto ferramenta viabilizadora de novos paradigmas face a necessidade de descolonizar práticas de ensino. Posto isso, os textos de Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo possuem a capacidade de ressignificar o lugar da população negra na sociedade brasileira, dado que seus escritos reafirmam o direito de grupos marginalizados na construção de autodeterminação, sobretudo no campo do saber.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Iulo Almeida; ALVES, Tainá Almeida. O perigo da história única: diálogos com Chimamanda Adichie. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, [recurso eletrônico], 2012. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/alves-alves-o-perigo-da-historia-unica.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

ALVES, Iulo Almeida; OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de. As “Histórias únicas” e seus impactos políticos na construção de representações e de identidades. **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, n. 11, p. 46-59, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/5010>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ALVES, Nelci C. S.; FELDMAN, Alba K. T. “Vozes-mulheres” do terceiro mundo - a perspectiva de Conceição Evaristo. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 96-111, 2015.

DOI: 10.5007/2175-7917.2015v20n1p96. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2015v20n1p96>. Acesso em: 27 set. 2022.

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1728>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ARAÚJO, Gisele Inácio de; SENA, Rafaela da Silva; ALFONSO, Talita Juliana. **A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO**. 2019. 21 f. Tese (Doutorado) - Curso de Curso Técnico em Administração, Etec Jorge Street, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.jorgestreet.com.br/wp-content/uploads/2020/03/A-INVISIBILIDADE-DA-MULHER-NEGRA-NO-MERCADO-DE-TRABALHO-.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

BALDO, Heloisa. **Memórias da escravidão e ancestralidade em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo**. Litterata, Ilhéus, v. 7, n. 1, p.83-103, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/1517>. Acesso em: 03 out. 2022.

BARTOLAZZI, Thays de Abreu; SILVA, Vera Lúcia da. **A mulher negra em Ponciá Vivêncio: caminhos da consciência e memória**. I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades. Espírito Santo: 20 jun. 2012.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639. Acesso em: 09 fev. 2022.

CHIAPPINI, Lígia. Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. **Literatura e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 18-28, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/18276>. Acesso em: 03 mar. 2022.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 241-263, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/1076>. Acesso em: 13 mar. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/16787>. Acesso em 15 jan. 2022.

EVARISTO, Conceição. Maria. In: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. 3ª edição, Rio de Janeiro: Mazza, 2003.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2022.

GOMES, Geisiane Anatólia. **Decolonialismo e crítica à história única**: possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/10489>. Acesso em 03 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018.

LEMES DE OLIVEIRA, Cleidiane; REBELATTO, Martha. História, Literatura e ensino de História: a escravidão em Marai Firmina dos Reis. **Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 384- 404, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/22837>. Acesso em: 09 mar. 2022.

LUZ, Giselle. A escrevivência de Maria Firmina dos Reis no conto A escrava. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 1, p. 193-204, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/18954/12624/71004>. Acesso em: 11 mar. 2022.

LIMA, Omar. **Reminiscências do passado escravocrata nas obras Ponciá Vicêncio e Leite de Peito**. Revista Intercâmbio. Brasília: outubro de 2013. Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1003/1325/2137.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales

Contemporâneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/147.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MOURA DE QUADROS, D. Dororidade em *É fogo!* (1987), de Maria Helena Vargas da Silveira (1940-2009): A voz de Helena do Sul recolhendo outras vozes. **REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS**, [S. l.], v. 1, n. 21, p. 379–399, 2019. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/3366>. Acesso em: 27 dez. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, [recurso eletrônico], 2006. p. 2 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28141187_Historia_literatura_uma_velha-nova_historia. Acesso em: 13 mar. 2022.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

RIBEIRO, Nathalie de Jesus Maria; RÊGO, Safira Ravenne da Cunha. O “SILENCIAMENTO” DA VOZ NEGRA FEMININA: uma análise discursiva da obra de Maria Firmina dos Reis. **Cadernos Cajuína**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 208-231, 2019. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/265>. Acesso em 28 fev. 2022.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula In: Série Prazer de Ler, n.11. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara [recurso eletrônico], 2018. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/35999>. Acesso em: 10 jan. 2022.

REMENCHE, Maria; SIPPEL, Juliano. A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, n.2, p. 36-51. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/23381>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ROSA, Soraia Ribeiro Cassimiro. Um olhar sobre o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Literafro**, [recurso eletrônico], 2017. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/autoras/MariaFirminaArtigoSoraia.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGb6cCFH4hZwgFC/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 fev. 2022.

SILVA, Ana Rita Santiago da. DA LITERATURA NEGRA À LITERATURA AFRO-FEMININA. **Via Atlântica**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. 91-102, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50743>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SILVA, Maurício. Afrocentricidade: um conceito para a discussão do currículo escolar e a questão étnico-racial na escola. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 255-261, 2016. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2903>. Acesso em: 20 mar. 2022.

TRABALHO DOMÉSTICO. **Organização Internacional do Trabalho**. Brasília, [S. l.], [S.d.]. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/tomas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 05 mar. 2022.

TV PUC-RIO: A “escrevivência” na literatura feminina de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Tv Puc-Rio, 2017. entrevista (14 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z8C5ONvDoU8>. Acesso em: 20 set. 2022.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e seu conto “A escrava”: consolidando uma literatura abolicionista. **Revista XIX**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 142-161, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21764>. Acesso em: 05 mar. 2022.